



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL  
**VISEU DÃO LAFÕES**

ATA N.º 34 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

---

----- Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, realizou-se, na Casa do Adro, na cidade de Viseu, a reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicado, os seguintes membros: -----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	5 835	Presidente	Virgílio da Cunha
Carregal do Sal	9 006	Presidente	Paulo Jorge Catalino Almeida Ferraz
Castro Daire	13 908	Presidente	Paulo Martins de Almeida
Mangualde	17 874	Vice-Presidente	João Pedro Cruz
Nelas	12 547	Presidente	Joaquim Augusto Alves Amaral
Oliveira de Frades	8 689	Presidente	João Carlos Ferreira Valério
Penalva do Castelo	7 441	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	10 270	Presidente	Leonel José Antunes Gouveia
São Pedro do Sul	14 926	Vice-Presidente	Pedro Miguel Mouro Lourenço
Sátão	12 735	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	24 836	Presidente	Fátima Carla Antunes Borges
Vila Nova de Paiva	5 970	Presidente	Paulo Manuel Teixeira Marques
Viseu	92 427	Presidente	Fernando de Carvalho Ruas
Vouzela	8 970	Vice-Presidente	Carlos Alberto Santos Oliveira

----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte: -----

----- PONTO ÚNICO: Análise, discussão e votação da proposta dos critérios e respetiva ponderação, a utilizar na repartição da dotação afeta à ITI CIM Viseu Dão Lafões, pelos Municípios, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho Intermunicipal, do Secretário Executivo, Nuno Martinho, nos termos do n.º 6 do art.º 89º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, enquadrou os presentes relativamente ao motivo pelo qual tinha sido agendada a presente reunião, tendo de seguida passado a palavra ao Secretário Executivo, no sentido do mesmo proceder à apresentação do enquadramento necessário à tomada de decisão em apreço. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, Paulo Marques, que começou a sua intervenção, referindo, que partindo do cenário anterior, ou seja, do acordo obtido no seio do Conselho Intermunicipal, relativamente ao atual quadro de apoio financeiro, o



mesmo deveria ser aprofundado no sentido de ser dada mais ênfase à questão da coesão entre municípios. -----

----- Concluiu a sua intervenção, propondo, que os critérios de repartição passassem a ser de 50% para o FEF, 35% para população e 15% para coesão, pois considerava que não bastava pedir coesão ao Governo e depois não a praticar no território. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, referindo, que a problemática de coesão entre os municípios era distinta da problemática de coesão a que o Governo estava e está obrigado, pois este tem uma obrigação moral e legal de tratar todos os territórios de forma equitativa e em prol do desenvolvimento harmonioso do País, enquanto que os Presidentes de Câmara têm como primeira obrigação a defesa dos interesses do seu município, não colocando em causa o interesse comum da região. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que alertou os presentes para a necessidade de, partindo-se do acordo anterior ser necessário ter em consideração o facto de neste PDCT passar a estar integrado um conjunto de eixos e áreas de intervenção que no quadro anterior não estavam, pelo que o critério de repartição deverá, também, refletir essa nova realidade, pelo que propôs como critério de repartição 50% para o FEF, 30% para população, 10% para coesão e 10% para área. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, Leonel Gouveia, que começou a sua intervenção, afirmando, que a problemática da coesão territorial deveria ser analisada tendo em consideração todo o território da CIM Viseu Dão Lafões, pois quando se fala de coesão territorial fala-se de um território e não de um conjunto de municípios. -----

----- Continuou a sua intervenção, referindo, que tinha a convicção de que todos os presentes pretendiam um território mais harmonioso e coeso, nas suas diversas vertentes. -----

----- Concluiu a sua intervenção, referindo, ser importante que fosse levado em consideração que os municípios pequenos têm, muitas vezes, os mesmos custos que os maiores na realização de muitos investimentos, sendo que as receitas provenientes dos mesmos não eram as mesmas. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, que na qualidade de Presidente da Câmara de Viseu e a este propósito referiu sentir essas mesmas diferenças entre as suas freguesias urbanas e as suas freguesias mais rurais, onde os custos eram os mesmos que nos municípios mais pequenos, pelo que não poderia deixar de ter em consideração essa realidade. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Mangualde, João Pedro Cruz, que relativamente às propostas apresentadas, ou seja, tendo em consideração o critério que está em vigor no quadro atual, a proposta do Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva e a proposta do Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, considerava importante que fosse possível perceber o impacto de cada uma delas na alocação dos fundos por município. -----

----- Concluiu a sua intervenção, referindo, que se deveriam colocar no PDCT todos os investimentos supramunicipais a serem considerados na estratégia da região. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Paulo Catalino, que referiu ser importante que o Conselho Intermunicipal reunisse especificamente com o objetivo de definir quais os investimentos a incluir na estratégia da região. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Frades, João Valério, que considerou importante que se percebesse o impacto das propostas apresentadas, sendo que a ele lhe parecia que o critério aprovado anteriormente e que se encontra em vigor no atual quadro se deveria manter, sendo que na sua opinião, a alterar-se algum dos parâmetros só poderia ser para se majorar o FEF. -----

----- Concluiu a sua intervenção, alertando, os presentes para a necessidade de os municípios executarem mais, pois não basta pedir mais fundos se os mesmos não forem executados e esse princípio aplica-se à CIM e aos municípios, pois se a região tem vontade de solicitar ao PO mais dinheiro tem de demonstrar capacidade de execução e o mesmo se aplica aos municípios. -----

----- Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara de Tondela, Carla Antunes Borges, que afirmou discordar que a percentagem atribuída ao critério coesão seja superior aos 10% atuais. --

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, concordar com a majoração do critério população, ou a criação de um critério relacionado com a densidade populacional. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Pedro Mouro, que começou a sua intervenção, referindo, que no passado foi possível chegar-se a um entendimento por via da inclusão do critério coesão, pois este permitiu que os municípios mais pequenos conseguissem ver aumentadas as suas verbas sem que isso colocasse em causa a capacidade de realização dos municípios maiores, sendo que apenas após a obtenção desse acordo é que se procedeu à divisão das verbas por áreas de investimento. -----

----- Concluiu a sua intervenção, alertando, os presentes para o facto de ninguém ter feito referência à capacidade de execução dos fundos por parte dos municípios. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, que na qualidade de Presidente da Câmara de Viseu que referiu que, na sua opinião e olhando para as especificidades do seu município, nomeadamente a dispersão territorial e o facto de, também ele, ter freguesias e aldeias muito afastadas do centro urbano tinham necessidade iguais às dos demais municípios. -----

----- Neste sentido, considerava que o critério população deveria ser de 60%, pelo que propôs que os critérios de repartição passassem a ser de 30% para o FEF, 60% para população e 10% para coesão. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Penalva do Castelo, Francisco Carvalho, que tendo em consideração todas as propostas apresentadas e as diversas considerações

que foram sendo feitas sobre as mesmas estava convencido que a melhor proposta para a região era a que atualmente estava em vigor, pelo que achava que a mesma se deveria manter para o próximo quadro comunitário.-----

---- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, que solicitou ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que colocasse as propostas apresentadas no modelo de simulação em excel, para que o Conselho Intermunicipal pudesse perceber o impacto de cada uma delas. -----

---- Assim, depois de analisados diversos cenários, foi presente a proposta para que os critérios de repartição fossem os mesmos do quadro anterior, a saber: 40% - População; 50% - FEF; 10% - Coesão. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por maioria, com treze votos a favor, representando 153.007 eleitores, e uma abstenção, representando 92.427 eleitores, aprovar a proposta apresentada. -----

---- Declaração de voto do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, na qualidade de Presidente da Câmara de Viseu:-----

---- *“Abstenho-me para não criar problemas neste ponto de divisão de verbas. Mais refiro que, abstenho-me por não estar de acordo com a divisão que foi feita há 8 anos, em que 1 habitante de Côtã tem direito a fundos comunitários no valor de mais ou menos 250,00 euros, e o habitante da freguesia ao lado, tem mais de 800,00 euros.* -----

----*Não coloco obstáculos a esta divisão, mas que tenho que dizer aos meus concidadãos as “linhas com que se está a cozer”, em suma, mantém-se a divisão de há 8 anos, na qual não participei, mas que se participasse e se não fosse Presidente da CIMVDL, teria votado contra, podendo impossibilitar, pela dupla maioria que tem na CIMVDL, eventualmente, a votação, que não o faço, para não criar um impasse.* -----

----*Levarei esta posição a reunião de câmara de Viseu para ratificação da mesma.”* -----

---- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, declarou encerrada a reunião, pelas dezanove horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. -----

